Nº da questão	Item ou Cláusula	Esclarecimento solicitado e resposta
1		<p><i>Favor informar qual será o tempo máximo de resposta para uma chamada por parte do Agente de Trânsito.</i></p> <p>Resposta: Não há tempo máximo de resposta a uma chamada estabelecido nos documentos editalícios. Contudo, há a obrigação de atendimento mínimo de chamados, na medida dada pela Cláusula 27 do Contrato.</p>
2		<p><i>Favor informar se há previsão de um número mínimo de agentes de trânsito para atender aos chamados? Em caso positivo, favor informar quantos seriam. Favor esclarecer ainda se essa distribuição será feita para atender às zonas geográficas com maior número de infrações.</i></p> <p>Resposta: O Departamento de Fiscalização de Estacionamento da Companhia de Engenharia de Trânsito possui 189 (cento e oitenta e nove) Agentes de Trânsito. A quantidade de Agentes de Trânsito que atuarão na fiscalização do serviço de Estacionamento Rotativo, bem como a sua distribuição geográfica dependem da eficiência operacional oriunda da modernização do apoio à fiscalização.</p>
3		<p><i>Conforme Esclarecimento 8, entendemos que a parcela 2 do valor da outorga fixa é um bem a ser amortizado nos anos de duração da concessão. Dessa forma, em caso de rescisão antecipada da concessão, entendemos que os valores não amortizados serão revertidos a favor do concessionário. Favor confirmar.</i></p> <p>Resposta: Não, o entendimento está incorreto. Conforme a cláusula 43ª e a subcláusula 45.3 da Minuta de Contrato, as Parcelas pagas da Outorga Fixa que ainda não estiverem sido amortizadas ou depreciadas serão levadas em consideração no cálculo do valor da indenização pelo término antecipado do Contrato, nos casos de encampação e rescisão judicial.</p>
4		<p><i>Considerando que:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>(i) a cláusula 27 da minuta do Contrato de Concessão estabelece um mecanismo para dedução da outorga em caso de irregularidade passível de aplicação de penalidade;</i> <i>(ii) referida cláusula ainda prevê que o Poder Concedente será obrigado a atender, pelo menos, 80.000 (oitenta mil) chamados por mês;</i> <i>(iii) por outro lado, existe um risco de os usuários não efetuarem a totalidade dos pagamentos de estacionamento e também um risco de descumprimento generalizado no caso de os chamados não serem atendidos pelo Poder Concedente e os usuários inadimplentes não receberem as multas;</i> <i>(iv) o número de chamados tramitados é chave para a sustentabilidade do sistema e o valor econômico de dedução de outorga variável mensal poderá ser manifestamente insuficiente para compensar o desequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato;</i> <p><i>vimos, por meio do presente:</i></p> <p><i>1. Solicitar esclarecimentos de V. Sas. sobre o racional utilizado (i) na utilização do número de 80.000 chamados como número suficiente para garantir que os usuários entendam que o inadimplemento será efetivamente penalizado e, portanto, motivar o cumprimento da</i></p>

		<p><i>obrigação de pagamento; (ii) para determinar que a dedução da outorga variável que resulta da aplicação da fórmula prevista na referida cláusula 27 ($DO_t = 2,5\% \times (1 - \text{Factor A})$) é suficiente para compensar as perdas do concessionário advindas do descumprimento da obrigação do Poder Concedente de tramitar os chamados.</i></p> <ol style="list-style-type: none"> <i>2. Sugerir que o Poder Concedente tenha a obrigação de tramitar, ao menos, 200.000 (duzentos mil) chamados por mês.</i> <i>3. Sugerir que o Poder Concedente preveja uma compensação em caso de descumprimento de sua obrigação de tramitar os chamados, não somente com base na outorga variável mas também com base na outorga fixa total.</i> <p>Resposta: A estimativa de 80.000 chamados foi concebida considerando um tempo mínimo de 15 minutos entre as verificações por agente de trânsito da CET por dia, observando o número de 94 agentes por turno e 26 dias de operação. A obrigação se dá no contexto das limitações tecnológicas e operacionais vigentes. Repisa-se que, conforme regra a subcláusula 27.1, a Dedução da Outorga aplica-se somente enquanto os elementos automatizados dos Mecanismos de Apoio à Fiscalização carecerem de regulamentação perante os Órgãos de Trânsito competentes.</p>
5		<p><i>O item 16.3.6. do Edital prevê que “as empresas estrangeiras deverão apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, nos termos do subitem 16.3.1.c), acompanhado de relatório de auditores independentes, com todos os valores convertidos para moeda corrente nacional (R\$), pela taxa de câmbio comercial para venda divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, tendo como referência a data base dos demonstrativos financeiros, e elaborados de acordo com as <u>normas contábeis aplicáveis no Brasil (Generally Accepted Accounting Principles – BRGAAP)</u>, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976 e na Lei Federal nº</i></p> <p><i>11.638/2007, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios”.</i></p> <p><i>Entendemos que, para atendimento a esse item do Edital, será suficiente que o licitante estrangeiro apresente o balanço patrimonial e demonstrações contábeis auditado por auditores independentes em moeda corrente do país de origem, acompanhado de um documento preparado pelo mesmo auditor com a conversão dos valores ao BRGAAP em moeda corrente Brasileira, não sendo necessária nova auditoria. Favor confirmar.</i></p> <p>Resposta: No edital republicado em 30 de abril de 2019 não consta mais a obrigatoriedade de apresentação de demonstrações contábeis como parte da qualificação econômico-financeira.</p>